

CONTEXTOS FAMILIAR E ESCOLAR E SEUS LETRAMENTOS

Adriana Sidralle Rolim-Moura¹

Docente da UAL/CFP/Universidade Federal de Campina Grande

adrianasidralle@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata da família e da escola como contextos de letramento. A pesquisa é bibliográfica de natureza qualitativa e tem como objetivos: reconhecer a família e a escola como contextos institucionais de letramento; diferenciar os letramentos desses contextos; e apresentar reflexões acerca das relações de comprometimento dessas instituições com a formação dos sujeitos sociais, para escola, os estudantes, para as famílias, os filhos/as. Para atingir tais objetivos, o suporte teórico é a Teoria Social do Letramento fundamentada em Street (2000; 2014), Rockhill (1993), entre outros. E em Soares (2003) e outros para tratar do letramento escolar e em teóricos como Petzold (1996), Kreppner (2000) e outros, para tratar da questão familiar. Conforme os estudos realizados, evidencia-se que tanto a família quanto a escola instauram letramentos, cada uma dessas instituições com suas finalidades, por meio de linguagens diversas, as duas encarando o compromisso com a formação dos sujeitos, tendo comprometimento compartilhado.

Palavras-chave: Família. Escola. Letramento familiar. Letramento escolar.

1 INTRODUÇÃO

A família e a escola são instituições sociais com finalidades próprias dentro da sociedade, constituindo cada uma práticas sociais com ordens de discurso diferenciadas, apesar de, em alguma medida, serem complementares, pelo fato dessas instituições formarem os sujeitos sociais.

Assim, tanto a família quanto a escola são contextos de letramento, no sentido de que têm como meta o desenvolvimento dos sujeitos para viverem em sociedade e, portanto, instauram letramentos, aprendizagens com valores sociais, culturais e históricos.

Pensar a família e a escola como contextos de letramento, exige-nos partir de uma

¹ Este texto é parte da minha tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27523>

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

concepção de letramento como define Street (2014), que concebe os letramentos como sociais, portanto, culturais, diversamente construídos nos diferentes povos e nas diferentes culturas, nos diferentes momentos da história da sociedade.

Para o mesmo estudioso (2014, p. 18), a natureza social do letramento precisa ser considerada para que ele seja compreendido no “[...] caráter múltiplo das práticas letradas.” Pois, “As práticas de letramento incorporam não só ‘eventos de letramento’, como ocasiões empíricas às quais o letramento é essencial, mas também modelos populares desses eventos e as preconcepções ideológicas que os sustentam.” (op. cit.).

Como afirma Grillo (1989): o letramento é uma prática comunicativa situada nos diferentes contextos sociais. Assim, nos usos da língua da vida em sociedade, há a constituição de letramento e sua constante atualização nas práticas comunicativas. Nesse raciocínio, Street (2014) insiste em afirmar que o letramento é social, é situado na cultura, de modo que o letramento se atualiza em eventos de letramento. Para Barton (1991, p. 5): “Eventos de letramento são atividades particulares em que o letramento tem um papel: podem ser atividades regulares repetidas. Práticas de letramento são modos culturais gerais de utilização do letramento aos quais as pessoas recorrem num evento letrado.”

Desse modo, com base nessa concepção do letramento como prática social, cabe conceituar, então, o letramento familiar. Para tanto, é necessário partir da concepção de família a ser apresentada a seguir, que se baseia na compreensão de que a família, conforme o dicionário *online* do português, pode se constituir, basicamente, por pessoas que vivem no mesmo domicílio e há entre elas alguma relação de consanguinidade ou afinidade de ideais ou convicções. Com base nessa perspectiva será discutido e pensado o letramento familiar e as relações entre o letramento escolar. Para tanto, é necessário pensar a família dentro do contexto atual, segunda década do século XXI, para situar e contextualizar a discussão.

Portanto, nessa perspectiva, essa investigação é norteadada pela seguinte questão de pesquisa: como se instauram as aprendizagens nos contextos de letramento da família e da escola? Com base nessa questão, eis que será desenvolvida a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa.



2 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA E LETRAMENTO FAMILIAR

No mundo contemporâneo, a noção de família está relacionada a fatores diversos. Na segunda década do século XXI, muito facilmente é possível verificar que as nossas relações familiares são bem diferentes das relações dos nossos antepassados. Ao longo das transformações vividas em sociedade por diferentes fatores, como o econômico, o tecnológico, por exemplo, as pessoas também, de algum modo, foram constituindo famílias com formatos diferenciados, como famílias em que não há a estruturação mais tradicional, do casal formado por um homem e uma mulher e filhos/as. De modo que ao longo da história, as famílias sofreram inúmeras modificações.

A família, segundo Petzold (1996), é constituída por interações que incluem aspectos sociais, afetivos, culturais, cognitivos, por laços de consanguinidade ou não.

E à família, cabe o papel de repassar os valores culturais das gerações, transmitir conhecimentos carregados de regras, ideais, formas de relacionar-se, modos de valorização dos membros. Pela família e suas relações são garantidas a continuidade da espécie, os padrões de vida, as tradições, os significados culturais, retomados cronologicamente (KREPPNER, 2000).

Nas palavras de Biroli (2014, p. 9), a família é um artefato social. “O doméstico e o familiar são definidos historicamente e são naturalizados e normalizados por dinâmicas sociais e políticas complexas”. Desse modo, em cada momento da história da humanidade, de acordo com as práticas culturais, políticas, religiosas, econômicas e morais de um povo, a concepção de família vai se modificando e se repaginando em conformidade com a realidade em vigência.

Os arranjos familiares na contemporaneidade incluem diferentes modos de constituição da família. Biroli (2014, p. 7) afirma que:

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família.

Assim, a família vivencia no seu domínio privado, as potencialidades e fragilidades da organização social. Com base em perspectivas como essas, de acordo com a contemporaneidade vivenciada, Mariano (2009) afirma que, além da Constituição Federal de 1988, outros ordenamentos jurídicos vigentes na sociedade até o momento, reconsideram a concepção das relações familiares e, portanto, assumem como família não só as construídas a partir do casamento entre homem e mulher; mas também as que se estabelecem pelas uniões estáveis; por relações de pessoas do mesmo gênero social, proveniente de relações homoafetivas; por constituição da família monoparental, em que há uma pessoa com algum grau de parentesco ou não com alguém, como no caso de adoções, numa relação de mãe, pai ou avô ou avô, ou até tio/a ou irmãos. E ainda, as famílias sem filhos/as, que se constituem a partir do casamento ou a partir de relações estáveis entre casais heterossexuais e/ou homossexuais. Para todos esses arranjos familiares, o fundamento para concepção de família, portanto, é a relação de afeto entre os membros, em que há como base, mais relações simétricas de carinho, amor, solidariedade e organização financeira.

Assim, para pensar o letramento no contexto familiar, é necessário considerar pontos significativos nesse contexto. Primeiro, é preciso considerar que a família é uma instituição social considerada suporte fundamental e universal nas sociedades, podendo ter diferentes arranjos, variáveis no tempo e no espaço, sendo uma instituição presente em toda e qualquer sociedade (LAKATOS e MARCONI, 1999). Segundo, tratar do letramento no contexto familiar é considerar que, no domínio familiar, há interações que resultam em aprendizagens próprias desse contexto, pois os responsáveis pela família, geralmente, passam crenças, valores, orientações para os filhos/as a respeito da vida, dos estudos, do trabalho, narram a história de vida dos antecedentes da família, dão ensinamentos acerca das relações com as pessoas, entre outros, através da fala.

O letramento, inicialmente divulgado no Brasil por Kato (1986), *a priori* é sinônimo de aquisição do sistema de escrita. Desse modo, letrado é aquele que lê e escreve com habilidade na utilização prática desse conhecimento; sendo, no contexto brasileiro, colocado como par

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

semântico de completude: alfabetização e letramento.

Por outro lado, no entanto, partindo da noção de leitura, como aquela que se realiza no mundo da escrita iniciada pela leitura de mundo (FREIRE, 1989), é que está fundamentada a proposta do letramento familiar, como aquele que ocorre no espaço familiar a partir das interações comunicativas, das leituras de mundo de seus membros e que constrói letramento. Pois, ele tem finalidades próprias e compromissos com a formação social dos membros, independente e além de qualquer outra instituição.

O contexto familiar é um espaço de trocas linguísticas em que de acordo com a história de formação dos responsáveis pela família, são repassados valores, crenças, discursos, que têm representação e modo de ação sobre o mundo e sobre os outros. E isso, de algum modo, é uma prática social constituída por eventos de letramento. Portanto, esse conjunto de eventos constitui o letramento familiar, o qual, independentemente, da escolaridade da família, existe em função das interações discursivas que se dão nesse contexto, de fundo, basicamente, oral.

Como propõe Street (2000), as práticas de letramento são uma construção imbricada abstrata e concretamente, pois os eventos, em geral, materializam as práticas, mas não completamente. Como coloca Magalhães (1998), os/as participantes dos eventos de letramento carregam modelos sociais relacionados à natureza da prática, pois os eventos de letramento são sociais e integrados às atividades cotidianas das instituições e comunidades, dentro de práticas de letramento.

Nesse raciocínio, é que Magalhães (1995, p. 205) afirma:

As práticas discursivas de letramento são matrizes históricas que determinam a produção e a interpretação de instâncias concretas de textos falados ou escritos, com emissores e receptores concretos. As práticas discursivas de letramento têm caráter institucional ou comunitário, constituindo identidades, valores e crenças mediadas pelo meio escrito.

Porém, não apenas, e, necessariamente, pelo meio escrito, mas também falado. Pois, como sugere Rockhill (1993, p. 158), “[...] a relação entre eventos e práticas de letramento se dá na relação entre ação e estrutura social”, não só e exclusivamente por meio escrito. Até porque, sendo apenas pelo escrito, os falantes que não dominam o código escrito e também

constituem eventos e práticas de letramento, numa relação de ação e estrutura social, porque envolvidos em práticas sociais, não seriam parte desses eventos, por não dominar o código escrito. Algo que não é possível conceber, pois que, como citado de Rockhill (op. cit.), os eventos e práticas de letramento se constituem numa relação entre ação e estrutura social, portanto, dos sujeitos sociais, não exclusivamente pelos que escrevem, mas, pelos que, como sujeitos, constituem as práticas sociais. Assim, como afirmam Brian Street e Joanna Street (STREET, 2014, p. 127), “O letramento, portanto, não precisa ser associado com escolarização ou com pedagogia [...]”. Dessa maneira, é reafirmada a compreensão de que os significados e usos do letramento variam conforme o contexto e os participantes (STREET, 2014).

Nesse enquadramento dos letramentos sociais, como já citado de Grillo (1989), que o letramento é uma prática comunicativa, é que esta investigação se apoia para denominar as práticas discursivas das famílias, como práticas constitutivas do letramento familiar. Um letramento pautado nas interações comunicativas que se estabelecem nesse contexto, conforme o nível de escolaridade de seus membros, em que, muito comumente, valoriza o letramento escolarizado, mas nem sempre o possui e nem sempre se utiliza da leitura ou da escrita de textos no seu cotidiano.

3 ESCOLA E LETRAMENTO ESCOLAR

Diferentemente do contexto familiar, na escola, o letramento é parâmetro para classificar os alfabetizados e os não alfabetizados. O letramento constitui um conjunto de práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e como tecnologia. Desse modo, na instituição escolar, espaço responsável pela educação formal, há a responsabilidade social de introduzir os estudantes no universo da escrita, como se a escola fosse o único espaço a desenvolver habilidades do conhecimento sobre a escrita (KLEIMAN, 1995, p. 19).

Nesse alinhamento, o letramento que se dá no espaço escolar, tem caracterização, metas e objetivos próprios. Prática instituída na escola e, como denomina Soares (2003), é o letramento escolar. Ainda segundo ela (2003, p. 107):

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

[...] na escola, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividades de avaliação. [...] a escola autonomiza as atividades de leitura e escrita em relação a suas circunstâncias e usos sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e suas próprias e peculiares práticas de letramento.

Como ela afirma (2003, p. 89):

[...] considera-se, que é à escola e à escolarização que cabem tanto a aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, ou seja, a alfabetização, quanto o desenvolvimento, para além dessa aprendizagem básica, das habilidades, conhecimentos e atitudes necessários ao uso efetivo e competente da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, ou seja, o letramento.

Desse modo, como afirma Soares (op. cit.), especialmente na nossa cultura, o ingresso no universo da escrita é um compromisso da escola e de todo o processo que se dá nela, a escolarização; que, de algum modo, tem sido utilizado como sinônimo de letramento, pelo fato de na escola haver um letramento pautado nas práticas próprias do ambiente escolar. Como afirma Street (1995b), fundamento de Soares (2003), o letramento escolar é fruto da pedagogização do letramento social.

Bloch (1993) afirma que o que se passa nas escolas é tão variado, que se torna perigoso determinados efeitos sociais, políticos ou psicológicos para a pedagogização. Assim, como afirma Soares (2003, p. 109):

[...] o letramento escolar, [...] acaba por dominar o letramento social: ultrapassa as paredes da escola, [...] de tal forma que o conceito escolar de letramento contamina os eventos e práticas no contexto extra-escolar, impondo comportamentos escolares de letramento e marginalizando outras variedades de letramento próprias desse contexto.

Dessa maneira, é que é possível compreender que o letramento está nas práticas sociais, nas práticas culturais, é, originalmente, da realidade social, e a escola é que, ao se apropriar desses letramentos, pedagogiza, tornando-os ensináveis na escola. Com isso, produz o letramento escolar. Geralmente, não valorizando as práticas sociais de letramento, pois



10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

didatiza o letramento, recortando, muitas vezes, de seu contexto de produção, produzindo a ideia ilusória de que o estudado é fruto da própria escola.

4 FAMÍLIA E ESCOLA EM RELAÇÕES DE COMPROMETIMENTO

Inicialmente, retomemos a concepção de família vigente e a compreensão de letramento própria desse contexto social. Como já apresentado, a família no século XXI, é compreendida como aquela que é constituída considerando as diferentes relações entre os humanos, em que tem como fundamento, basicamente, as relações de consanguinidade e/ou ideais e vivem sob o mesmo domicílio. Pelas interações comunicativas que se dão nesse contexto, constroem um letramento muito peculiar, que é o letramento familiar. Pois, se constitui dentro de um domínio social, com peculiaridades, visto que, as relações se dão, muitas vezes, baseadas na afetividade e, em alguma medida, há uma preocupação com a formação dos membros.

Nesse domínio, no familiar, pelas trocas comunicativas existentes ocorre a construção de uma educação que é fundamental para formação dos membros, a qual denominamos letramento familiar; que tem como responsabilidade, como podemos ver em Chalita (2001, p.20), “[...] de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais”.

Assim, fica compreendido que à família cabe a responsabilidade com a formação dos seus membros, numa perspectiva humana, para que os membros possam conviver decentemente com os outros em sociedade. Daí, o processo de letramento familiar ser uma construção processual em constante revisão, pois os membros são sujeitos que estão permanentemente envolvidos na realidade social, vivenciando a situação econômica, política, cultural, social; inclusive sofrendo os desacertos sociais, políticos e econômicos que atingem diretamente as famílias. Ponto relevante a considerar, visto que é na família que aparece toda a sorte de desigualdade na distribuição de renda, injustiça social, violência doméstica, que inclui desde os problemas nas relações afetivas entre cônjuges até os problemas de violência sexual no espaço do lar, envolvendo filhos/as.

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

A escola, como foi colocado, tem a responsabilidade social de introduzir os aprendentes no mundo da escrita, desenvolvendo habilidades ligadas a esse universo, como conhecimentos e habilidades para o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. Desse modo, é que é possível compreender que é na escola onde se aprende disciplinas, como, por exemplo, ciências, geografia, matemática, entre outras, e é onde são corroborados os princípios que os pais ensinam aos filhos.

Com base nessa compreensão das responsabilidades da escola e da família, cabe refletir sobre as relações de comprometimento entre esses dois contextos e as práticas de letramento instauradas neles. Pois, compreendemos que os papéis são distintos, e ao mesmo tempo estão numa relação de complementaridade. Pois, na escola são corroborados ensinamentos familiares, como a questão da ética, da moral, dos valores universais, como a solidariedade, a generosidade, o respeito ao outro, a justiça, a cooperação, a paz, a tolerância, a honestidade. Crianças e adolescentes precisam aprender isso com os pais ou responsáveis, através do exemplo, mas também com os professores, como conteúdo de ensino (FÔLDER/MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA).

Nesse alinhamento, é preciso considerar alguns pontos. Na cultura ocidental de um modo geral, há grande valorização do letramento escolar. Por outro lado, sendo da área de educação, com experiência em formação continuada, tanto de docentes, como de gestores escolares, muito recorrentemente, escuta-se reclamações dos profissionais de educação de que grande parte de seu público, os estudantes, não têm assistência ou acompanhamento familiar, no sentido de contribuir para a formação educativa destes. Desse modo, é cabido esclarecer o que seria essa carência da escola e qual a questão das famílias em não prestar esse acompanhamento tão necessário aos filhos/as.

Por outro lado, é importante considerar que é na família onde é sentida a violência urbana. Ainda mais, acrescida da violência doméstica, que fragiliza a família ao atingir mulheres, filhos/as. Além do alto índice de uso de drogas na sociedade, que, naturalmente, tem molestado e devastado muitas famílias, independentemente, da condição social delas.

Assim, ao ouvir de profissionais da escola que a família deveria fazer acompanhamento dos estudantes para que tenham melhor desempenho escolar, fica a impressão

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

de que a família não tem cumprido essa responsabilidade. Contudo, muitas vezes, as mesmas instituições escolares parecem não perceber que os estudantes são de uma família e como tal, enfrentam os diferentes percalços da vida em sociedade e nenhuma instituição funciona para dar suporte às famílias em situações corriqueiras; a não ser, em casos de grande necessidade, que a própria família aciona uma Unidade de Saúde, um serviço como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Dessa maneira, é possível verificar que a instituição escolar é a única instituição que, no cotidiano das práticas sociais, cuida de receber o público para prestar um serviço educacional para formação educativa aos que a frequentam. Neste contexto, parece até que a família se sente sem um ponto de apoio na sociedade para se nutrir de seus valores, de suas crenças.

Considerando isso, é preciso parar para observar, conhecer como estão constituídas as famílias e se há nelas algum nível de consciência do compromisso com a formação intelectual e educativa de seus filhos/as.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, considerando as práticas de letramento próprias da escola e próprias da família, podemos compreender que é necessário um melhor entendimento da família de que seus filhos/as na escola aprendem conhecimentos científicos didatizados, mas, à família, cabe o compromisso de repassar conhecimentos da educação doméstica, que vai desde o conhecimento da história da própria família, passando por questões de higiene, até ser ético e respeitoso com as pessoas, com o meio ambiente, por exemplo.

Na escola, quando é comentado que a família precisa prestar assistência aos filhos/as para contribuir com um melhor desempenho escolar destes/as, paira a ideia de que a família não está assumindo esta responsabilidade. De fato, podemos até ratificar esse posicionamento. Mas, diante disso, cabe um questionamento: as famílias, de um modo geral, têm como chegar a ter esse entendimento? Por a escola ser constituída por profissionais preparados para instaurar práticas de letramento, não seria ela a mais indicada a orientar sua comunidade escolar a respeito de como deve se dar a assistência da família nas atividades escolares dos filhos/as?

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

Refletindo nessa direção, cabe, desse modo, mesmo demandando tempo e trabalho dos profissionais da escola, instaurar algumas práticas relevantes para iniciar um trabalho nessa perspectiva. Assim, algumas possibilidades viáveis seriam:

1) a cargo da escola, a responsabilidade de reunir as famílias e mostrar o que é de responsabilidade delas e o que é de responsabilidade da escola em relação à educação dos filhos/as dessas famílias;

2) a cargo da escola, mostrar que o acompanhamento da família nas atividades escolares é importante para a criança se sentir assistida e também esclarecer que as práticas discursivas e as relações interpessoais entre os membros da família é fundamental para o melhor desempenho das crianças na escola, pois a base emocional para que as crianças possam aprender é construída no seio familiar. Por outro lado, mesmo que a família, por não ser alfabetizada, ou por outras razões, não tenha condições de prestar acompanhamento nas atividades escolares, ela pode estabelecer um horário de estudo e pode organizar uma rotina para que a assistência se dê, nem que seja só com a presença.

Assim, para finalizar, em meio a essas considerações acerca dos problemas sofridos no interior da família e dos reclames dos profissionais da educação em relação às famílias, cabe à escola planejar atividades, projetos, ações para dar uma contribuição para que as famílias possam fortalecer seus laços afetivos e compreender que, com a colaboração da escola, podem atingir o objetivo de formar seus filhos/as para viver em uma sociedade em que possam ocupar uma vaga no mercado de trabalho e conquistar formas de sobrevivência, trabalhando com dignidade. Pois, é preciso que as diferentes configurações de família compreendam que são um espaço de letramento, em que identidades são construídas, reproduzindo ou modificando o *status quo*² do senso comum.

REFERÊNCIA

BARTON, D. The social nature of writing. In: BARTON, D.; IVANIC, R. (Org.) **Writing in the community**. Newbury Park: Sage, 1991, p. 1-13.

² *Status quo* - expressão latina que significa "no mesmo estado que antes" e "o estado atual das coisas, seja em qual momento for" (<https://www.significadosbr.com.br/status-quo>).

10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

BIROLI, F. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BLOCH, M. The uses of schooling and literacy in a Zafimaniry village. In: STREET, B. V. (Org.) **Cross-cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CHALITA, G. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2001.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Status quo**. Disponível em:
<<https://www.dicio.com.br/statu-quo/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Família**. Disponível em:
<<https://www.dicio.com.br/familia/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GRILLO, R. **Dominant Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

KREPPNER, K. The child and the family: interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16(1), 2000; p. 11-22.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGALHÃES, I. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1995, p. 201-235.

_____. Adult literacy research, ideology and empowerment. In: GIEVE, S.; MAGALHÃES, I. **Proceedings of the 4th annual C.R.I.L.E. Seminar**. Lancaster University, 1998, pp. 89-115.

MARIANO, A. B. P. **As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares**. Disponível em:

X FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA



10 anos de FIPED/AINPGP: Pesquisa, Memória e Internacionalização

<www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/2009/ana-beatriz-parana-mariano.pdf>. Acesso em: 28 jan.2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA EM DEFESA DA

SOCIEDADE. FÓLDER. **Prevenir para Construir uma Sociedade de Paz.**

Disponível em: <www.mpro.mp.br/web/caop-infancia-e-juventude/projetos/prevenir-para-construir-uma-sociedade-de-paz>. Acesso em: 11 mai. 2016.

PETZOLD, M. The psychological definition of “the family”. In: CUSINATO, M (Org.), **Research on family: resources and needs across the world** (p. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie, 1996.

ROCKHILL, K. Gender, language and the politics of literacy. In: STREET, B. (Org.). **Cross cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 156-175.

STREET, B. V. Literacy events and literacy practices. In: MARTIN-JONES, M. & K. JONES. **Multilingual literacies**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. 17-29.

_____. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. The schooling of literacy. In: STREET, B. V. **Social literacies**: critical approaches to literacy in development, ethnography and education. London: Longman, 1995b. p. 106-131.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF. São Paulo: Global, 2003.



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Campus Avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia
De 27 a 30 de novembro de 2018

✉ xfiped@gmail.com

🌐 <http://ainpgp.org/fiped/x/>